

Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0463/2023

Processo nº 2022-TQ40V - LACEN Pregão nº 199/2023

Pelo presente instrumento, o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestor do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente conforme Portaria Nº 060-R de 08/08/2019, publicado do DIO do dia 09/08/2019 pelo Subsecretário de Estado de Vigilância em Saúde, o Sro. ORLEI AMARAL CARDOSO, brasileiro - portador da Carteira de n.º 1.691.728 SPTC/ES, inscrito no CPF sob o n.º 092.961.807-67, nomeado conforme Decreto nº 1044-S, de 25.04.2023, publicado do DIO do dia 26/04/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PRECOS DE BEM DE CONSUMO - KIT PARA SEQUENCIAMENTO DE GENOMA DO NOVO CORONAVÍRUS E MÚLTIPLOS PATÓGENOS, conforme Processo nº 2022-TQ40V - sob nº 199/2023 - RESOLVE registrar os preços da Empresa: UL QUÍMICA E CIENTÍFICA LTDA - (CNPJ: 01.955.600/0001-76), sediada na Rua Sertório Franco - nº 38 -Bairro Antônio Honório - Vitória - Es - Cep: 29.070-835- Endereço Eletrônico: unionlab@unionlab.com.br jaqueline.souza@unionlab.com.br - Telefone: 55 (27) 2121-0750 - Ramal 752, Fax: (27) 2121-0753 neste ato representado pelo Srº. ROBERLEY CARLOS POLYCARPO, portador do RG Nº 478.047 SSP-ES e ÓRGÃO EMISSOR: SSP-ES e inscrito no CPF (MF) Nº 759.420.897-87, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a sequir.

1 - DO OBJETO

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO KIT PARA SEQUENCIAMENTO DE GENOMA DO NOVO CORONAVÍRUS E MÚLTIPLOS PATÓGENOS** especificados no Anexo I do Edital.
- 1.2 Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- a) Anexo A Especificação dos preços;
- b) Anexo B Minuta de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

- 2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.
- 2.2 Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.
- 2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 3.1.1 convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 3.1.2 frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- 3.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- 3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.
- 3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.
- 3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.
- 3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.
- 3.5.3 Não será concedida a revisão quando:
- 3.5.3.1 ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- 3.5.3.2 o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- 3.5.3.3 ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- 3.5.3.4 a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- 3.6 A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
- 4.1.1 Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:
- 4.1.1.1 não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- 4.1.1.2 não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- 4.1.1.3 não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- 4.1.1.4 incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
- 4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.
- 4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.
- 4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 A Contratante pagará à Contratada pelo objeto adquirido, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.
- 5.2 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF X \frac{12}{100} X \frac{ND}{360}$$

Onde

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 5.3 O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.
- 5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 5.5 A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

- 6.1 O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.
- 6.2 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

- 8.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.
- 8.2 Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até _10_ dias úteis.
- 8.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.
- 8.4 Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

- 9.1 A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento, se o produto for <u>de procedência nacional</u> **ou 90 (noventa) dias** corridos em caso <u>de produtos importados</u>.
- 9.2 O objeto será entregue em dias úteis, no horário de 08:00 às 16:00, no seguinte endereço:
- **ALMOXARIFADO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA**, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 Bento Ferreira, Vitória/ES CEP 29050-625.
- 9.3 A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:
- 9.3.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.
- 9.3.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esqotamento do prazo.
- 9.5 No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.
- 9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA VALIDADE

10.1 - O objeto deste Registro de Preços terá validade de, no mínimo, **06 (seis) meses**, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 11.1 Compete à Contratada:
- a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, **na íntegra do edital e seus anexos,** e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de validade.
- e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- f) Caso haja perda de estabilidade e/ou desempenho de quaisquer insumos reagentes, soluções, calibradores, controles, dentre outros, a empresa fornecedora deverá realizar a imediata substituição dos mesmos em igual quantidade perdida sem qualquer ônus ao Lacen;
- g) A empresa vencedora do certame, em data agendada, deve fornecer treinamento teórico e prático quanto à utilização dos insumos. O treinamento deve ser ministrado por técnico qualificado que possua amplo conhecimento da utilização dos insumos para o sequenciamento de nova geração do novo coronavírus, na identificação de múltiplos patógenos, de micobactérias e de genes de resistência aos antimicrobianos.
- 11.2 Compete à Contratante:
- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega do objeto adquirido;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto adquirido.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- 12.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 12.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;
- 12.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item **12.2** deste edital e na Lei 8.666/1993.
- 12.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:
- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".
- 12.2.2 As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 12.2.3 Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.
- 12.2.4 Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.
- 12.2.5 Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.
- 12.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente (mediante assinatura de contrafé), por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail fornecido pelo licitante no ato da assinatura do contrato ou, na inexistência dele, por aquele que constar de seus cadastros perante a Administração ou em documentos fornecidos pela licitante, contendo no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.
- 12.4 Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;
- 12.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;
- 12.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 12.7 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

- 13.1 Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 13.2 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 13.3 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 13.4 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 13.5 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo **LACEN**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

Gestor do Processo: Rodrigo Ribeiro Rodrigues, Biólogo, Coordenador Geral do LACEN, (27) 3636-8408

Fiscal do Processo: Jaqueline Pegoretti Goulart, Farmacêutica Bioquímica, Chefe do Núcleo Biologia Médica do LACEN, (27) 3636-8381

18 - DO FORO

- 18.1 Fica eleito o foro do juízo de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidos administrativamente.
- 18.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Sr°. ORLEI AMARAL CARDOSO – CPF: 092.961.807-67 SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE CONTRATANTE

Srº. ROBERLEY CARLOS POLYCARPO – CPF nº 759.420.897-87 UL QUÍMICA E CIENTÍFICA LTDA CONTRATADA



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1- REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO – KIT PARA SEQUENCIAMENTO DE GENOMA DO NOVO CORONAVÍRUS E MÚLTIPLOS PATÓGENOS conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

| LOTE | CÓD. SIGA | ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--------------|------|---|---------|------------|
| 4 | 262789 | 1 | KIT DE QUANTIFICACAO DE BIBLIOTECAS DE NGS; FINALIDADE: QUANTIFICACAO E ANALISE DE BIBLIOTECAS DE CDNA POR QPCR COM APLICACAO EM SEQUENCIAMENTO GENOMICO; COMPOSICAO: 1) AGENTE INTERCALANTE SYBR GREEN I PARA DSDNA, 2) CONJUNTO DE OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PROJETADOS PARA BIBLIOTECAS COM ADAPTADORES DE CDNA P5 E P7, 3) MISTURA DE PCR OTIMIZADA PARA AMPLIFICACAO DE BIBLIOTECA DE CDNA, 4) ROX COMO REFERENCIA PASSIVA, 5) CURVA PADRAO COM SEIS CONCENTRACOES DE DNA PRE-DILUIDOS; COMPATIBILIDADE: BIBLIOTECAS ILLUMINA E TERMOCICLADORES EM TEMPO REAL MODELOS ABI 7500 OU ABI QUANT STUDIO 5); EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, CONDICOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REACAO. | REAÇÃO | 1500 |

- **1.2-** A oferta de preços acima do parâmetro, estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante, **após a fase de lances**.
- 1.3 Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.
- 1.4 CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM
- 1.5 Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 São obrigações da CONTRATANTE:
- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega do objeto adquirido;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto adquirido.
- 2.2 São obrigações da CONTRATADA:



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, **na íntegra do edital e seus anexos,** e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de validade.
- e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.
- f) Caso haja perda de estabilidade e/ou desempenho de quaisquer insumos reagentes, soluções, calibradores, controles, dentre outros, a empresa fornecedora deverá realizar a imediata substituição dos mesmos em igual quantidade perdida sem qualquer ônus ao Lacen;
- g) A empresa vencedora do certame, em data agendada, deve fornecer treinamento teórico e prático quanto à utilização dos insumos. O treinamento deve ser ministrado por técnico qualificado que possua amplo conhecimento da utilização dos insumos para o sequenciamento de nova geração do novo coronavírus, na identificação de múltiplos patógenos, de micobactérias e de genes de resistência aos antimicrobianos.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

- 3.1 A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lote acima descrito**.
- 3.2 A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Detalhamento do Objeto**.
- 3.3 O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.
- 3.4 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:
- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3**;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item **3.1**;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

5 - DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1 - QUADRO RESUMO

| 5.1.1 - Título e Objetivo Geral: | Aquisição de kits para sequenciamento de genoma do novo coronavírus e múltiplos patógenos , visando atender demanda do Lacen. |
|---|---|
| 5.1.2 - Delimitação do Objeto a ser licitado: | Aquisição de kits para sequenciamento de genoma do novo coronavírus e múltiplos patógenos, visando atender demanda do Lacen, conforme especificações, requisitos e exigências descritos |



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

| | no Termo de Referência. |
|--|---|
| | |
| 5.1.3 - Modalidade de Licitação e Base Legal: | Registro de Preços (Pregão Eletrônico) conforme a Lei nº 10.520/2002 e Lei de Licitações e Contrato nº 8.666/93. |
| 5.1.4 - Estimativa de custos global (inciso II, §2°, art. 40, Lei 8.666/93): | R\$ 12.630,00 |
| 5.1.5 - Prazo estipulado de vigência contratual: | O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação. |
| 5.1.6 - Informação Orçamentária: | Programa de Trabalho: 10.305.0047.2961 Elemento de Despesa: 339030 Fonte: Bloco Custeio Federal 1600000000 |
| 5.1.7 - Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização: | LACEN / Núcleo de Biologia Médica |

5.1.8 - Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência:

- Kamilla Guimarães Costa, matrícula 4218140, Farmacêutica, Núcleo de Biologia Médica do LACEN, (27) 3636-8381, e-mail: lacen.biologiamedica@saude.es.gov.br
- Jaqueline Pegoretti Goulart, matrícula 3735060, Farmacêutica Bioquímica, Chefe do Núcleo de Biologia Médica do Lacen, (27) 3636-8381, e-mail: lacen.biologiamedica@saude.es.gov.br

| 5.1.9 - Versão e data do TR: | Versão 2.0, 27/02/2023 | | |
|--|------------------------|--|--|
| 5.1.10 - Data prevista para implantação: | 01/07/2023 | | |

5.2 - DA JUSTIFICATIVA

Aquisição de <u>kits para sequenciamento de genoma do novo coronavírus e múltiplos patógenos</u>, visando atender demanda do Lacen.

O Laboratório Central de Saúde Pública do Espírito Santo (Lacen ES) integra o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (Sislab) que foi instituído pela Portaria Ministerial nº 280, de 21 de julho de 1977, e ratificado pela Lei n º 8.080, de 1990. Atualmente, está inserido no Anexo II da Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, como um conjunto de redes nacionais de laboratórios, organizadas em sub redes, por agravo ou programas, de forma hierarquizada, por grau de complexidade das atividades relacionadas à vigilância em saúde.

Desse modo, diante de seus objetivos institucionais e em consonância com suas atividades finalísticas, o Lacen executa as análises para diagnósticos complementares e confirmatórios de diversos agravos de notificação compulsória e/ou de interesse em saúde pública, indispensáveis à realização de uma intensa vigilância laboratorial, a qual permite entender em tempo real a dinâmica do cenário epidemiológico do Espírito Santo.

Nesse contexto, é oportuno destacar o protagonismo dessa instituição no diagnóstico molecular da COVID-19, tendo realizado, desde março de 2020, mais de 930 mil exames deste agravo pelo método de RT-PCR em tempo real.



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Além disso, no ano vigente, o Lacen tornou-se parte integrante da rede de vigilância genômica do Ministério da Saúde (MS), em parceria com a Organização Pan-Americana (OPAS) e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por meio das análises de sequenciamento genético de COVID é possível contribuir para a criação de protocolos diagnósticos mais precisos, gerar informações para o desenvolvimento de vacinas eficazes e identificar de forma mais ampla e ágil a evolução molecular e os padrões epidemiológicos do novo coronavírus, incluindo o surgimento e circulação de novas variantes. Nesse sentido, monitorar as novas variantes com maior potencial de transmissão é o papel da vigilância genômica no combate à pandemia.

Nessa senda, dentre as estratégias nacionais para organizar a Rede Genômica, por meio de uma doação do MS, o Lacen foi equipado com o sequenciador de nova geração (NGS) MiSeq da plataforma Illumina.

Até o momento, o Lacen já fez o sequenciamento de aproximadamente 860 genomas da COVID-19, incluindo a detecção de novas linhagens da VOC Omicron, BA.5-like e BA.4-like, e linhagens recombinantes, importantes para a vigilância genômica no estado do Espírito Santo. Além disso, foi possível garantir o monitoramento de subvariantes da ômicron capazes de escapar dos anticorpos neutralizadores estimulados pela vacina, como a BA.2.12.1, e subvariantes raras e com potencial emergente, como a BF.12 e a BQ.1. Cabe destacar ainda que o uso dessa metodologia e o compartilhamento dos genomas em bancos de dados internacionais, como o GISAID (Global Initiative on Sharing Avian Influenza Data) e o NCBI (National Center for Biotechnology Information), faz com que o Lacen contribua para o desenvolvimento técnico-científico em nível mundial.

A pandemia do COVID-19 mostrou a importância da vigilância genômica para o sistema de saúde no sentindo da contenção de riscos de contágio. Dentro desse contexto, a implementação do setor de sequenciamento trouxe para o Lacen a oportunidade de ampliação dessa vigilância para outros agravos de importância epidemiológica para o estado. Além de permitir a identificação e a obtenção de genomas completos de microrganismos causadores de doenças específicas, como a COVID-19, o NGS também permite identificação de múltiplos patógenos, por meio de uma abordagem metagenômica. Sendo assim, é possível a identificação simultânea de diversos microrganismos, como vírus, fungos e bactérias de uma única amostra. A identificação rápida desses agentes é fundamental no manejo do paciente, principalmente quando se trata de infecções respiratórias que podem acarretar alta morbidade ou mortalidade em pacientes hospitalizados, sendo muitas vezes de difícil detecção e determinação. Além disso, essa abordagem fornece informações sobre a composição da amostra, incluindo hospedeiro, abundância de patógenos, coinfecções e resistência aos antimicrobianos.

Como os métodos de NGS requerem reagentes específicos e compatíveis com a tecnologia do equipamento, é imperativo que o LACEN seja abastecido desses insumos para que ocorra o sequenciamento das amostras positivas para COVID-19 e identificação de múltiplos patógenos em pacientes com infecções respiratórias específicas. Assim, **por meio do presente processo de aquisição, são solicitados os insumos essenciais para o sequenciamento do genoma do novo coronavírus e identificação de múltiplos patógenos que incluem preparação, quantificação e análise da biblioteca genômica, além de cartuchos e conjunto de reagentes.**

A última contratação do Lote 01 (itens 01 e 02) e Lote 03 se efetivaram por meio do processo n^0 2021-JZRFN. Os demais itens se tratam de primeira aquisição.

O quantitativo solicitado é para atender a demanda de um período de 12 (doze) meses.

5.3 - DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Lote 04

| ITEM | COD. SIGA | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | UNIDADE | QUANT. TOTAL |
|------|-----------|---|---------|-----------------|
| 01 | 262789 | KIT DE QUANTIFICACAO DE BIBLIOTECAS DE NGS; FINALIDADE: QUANTIFICACAO E ANALISE DE BIBLIOTECAS DE CDNA POR QPCR COM APLICACAO EM SEQUENCIAMENTO GENOMICO; COMPOSICAO: 1) AGENTE INTERCALANTE SYBR GREEN I PARA DSDNA; 2) CONJUNTO DE OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PROJETADOS PARA BIBLIOTECAS COM ADAPTADORES DE CDNA P5 E P7; 3) MISTURA DE PCR OTIMIZADA PARA AMPLIFICACAO DE BIBLIOTECA DE CDNA; 4) ROX COMO REFERENCIA PASSIVA; 5) CURVA PADRAO COM SEIS CONCENTRACOES DE DNA PREDILUIDOS; COMPATIBILIDADE: BIBLIOTECAS ILLUMINA E TERMOCICLADORES EM TEMPO REAL MODELOS ABI 7500 OU ABI QUANT STUDIO 5 OU ABI QUANT STUDIO 6; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REACAO. | REAÇÃO | 1.500 |



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 5.3.1 Os itens dos Lotes 01 e 02 foram agrupados em um único lote devido à importância de todos eles serem fabricados e fornecidos por uma mesma empresa. Esses produtos são ensaios para sequenciamento do novo coronavírus (Lote 01) e identificação de múltiplos patógenos (Lote 02). Para realização da metodologia é necessário a utilização de todos os consumíveis solicitados. Assim, é incauto permitir que empresas diferentes forneçam ensaios que serão utilizadas na mesma reação, potencializando falhas oriundas de diferentes métodos;
- 5.3.2 A quantidade mínima estimada do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 10% (dez por cento) da quantidade máxima do item para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007;
- 5.3.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.4 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.4.1 **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executou fornecimento do mesmo. A comprovação deverá ser realizada por meio de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador;
- 5.4.2 Apresentar **Alvará de Licença Sanitária** da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto pela Lei Federal nº 6.360/76, Lei Federal nº 5.991/73 e Decreto Federal nº 8.077/2013, ou declaração emitida pelo licitante e/ou fabricante de que é isento de tal documento;
- 5.4.3 Apresentar **Autorização de Funcionamento** da empresa fabricante e importador/distribuidor, expedida pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, ou cópia da publicação da Autorização de Funcionamento no "Diário Oficial da União DOU", conforme previsto pela Lei Federal nº 6.360/76, Lei Federal nº 5.991/73, Lei Federal nº 9.782/99, Resolução RDC/Anvisa nº 16/2014, Decreto Federal nº 8.077/13 ou comprovação por meio de normas vigentes da ANVISA quanto à isenção de tal documento.

5.5 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução do contrato será acompanhada por servidores designados pela autoridade competente, representantes da Administração pública nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverão atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições do contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

5.6 - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito, creditado em conta corrente, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida em 02 (duas) vias e devidamente atestada. O pagamento somente será efetuado após a comprovação da regularidade fiscal, vedada a antecipação.

5.7 - DOS PRAZOS DE ENTREGA, VALIDADE E GARANTIA

5.7.1 - PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

- **5.7.1.1** A entrega dos itens deverá ser feita no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento, se o produto for <u>de procedência nacional</u> **ou 90 (noventa) dias** corridos em caso <u>de produtos importados</u>.
- **5.7.1.2** A entrega dos itens deverá ser realizada no **ALMOXARIFADO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA**, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 Bento Ferreira, Vitória/ES CEP 29050-625, no horário de 08 às 16 horas.

5.7.2 - DO PRAZO DE VALIDADE:

5.7.2.1 - O **prazo mínimo** de validade será de **06 meses**, a contar da data de entrega.

5.7.3 - DO PRAZO DE GARANTIA

5.7.3.1 - Quanto à garantia, produto não conforme será devolvido e substituído por outro, no prazo de entrega do objeto. Os insumos deverão estar em embalagem original, contendo código do fabricante e capacidade.

5.8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO SIMILAR



Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

5.9 - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO FORNECIMENTO

- 5.9.1 A vencedora deve fornecer os materiais com observância do estabelecido nas especificações e condições de fornecimento deste Termo de Referência;
- 5.9.2 Caso haja perda de estabilidade e/ou desempenho de quaisquer insumos reagentes, soluções, calibradores, controles, dentre outros, a empresa fornecedora deverá realizar a imediata substituição dos mesmos em igual quantidade perdida sem qualquer ônus ao Lacen;
- 5.9.3 A empresa vencedora do certame, em data agendada, <u>deve fornecer treinamento teórico e prático quanto à utilização dos insumos.</u> O treinamento deve ser ministrado por técnico qualificado que possua amplo conhecimento da utilização dos insumos para o sequenciamento de nova geração do novo coronavírus, na identificação de múltiplos patógenos, de micobactérias e de genes de resistência aos antimicrobianos.

5.10 - APROVAÇÕES

Kamilla Guimarães Costa

Núcleo de Biologia Médica do Lacen

Jaqueline Pegoretti Goulart

Chefe do Núcleo de Biologia Médica do Lacen

Rodrigo Ribeiro Rodrigues

Coordenador Geral do Lacen

Orlei Amaral Cardoso

Gerente da Vigilância em Saúde

Secretaria de Estado da Saúde Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0463/2023

ANEXO - A

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços 0463/2023, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão nº 199/2023.

| KIT DE QUANTIFICACAO DE BIBLIOTECAS DE NGS; FINALIDADE: QUANTIFICACAO E ANALISE DE BIBLIOTECAS DE CDNA POR QPCR COM APLICACAO EM SEQUENCIAMENTO GENOMICO; COMPOSICAO: 1) AGENTE INTERCALANTE SYBR GREEN I PARA DSDNA, 2) CONJUNTO DE OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PROJETADOS PARA BIBLIOTECAS COM ADAPTADORES DE CONA P5 E P7, 3) MISTURA DE PCR OTIMIZADA PARA AMPLIFICACAO DE BIBLIOTECA DE CDNA, 4) ROX COMO REFERENCIA PASSIVA, 5) CURVA PADRAO COM SEIS CONCENTRACOES DE DNA PRE- DILUIDOS; COMPATIBILIDADE: BIBLIOTECAS ILLUMINA E TERMOCICLADORES EM TEMPO REAL MODELOS ABI 7500 OU ABI QUANT STUDIO 5 OU ABI QUANT STUDIO 6 PRODUTO; ROTULAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, CONDICOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE | LOTE | CÓD. SIGA | ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT | VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM | VALOR TOTAL POR ITEM |
|--|------|--------------|------|--|---------|-------|--------------------------------|-------------------------|
| MARCA: ROCHE | 4 | 262789 | 1 | BIBLIOTECAS DE NGS; FINALIDADE: QUANTIFICACAO E ANALISE DE BIBLIOTECAS DE CDNA POR QPCR COM APLICACAO EM SEQUENCIAMENTO GENOMICO; COMPOSICAO: 1) AGENTE INTERCALANTE SYBR GREEN I PARA DSDNA, 2) CONJUNTO DE OLIGONUCLEOTIDEOS (PRIMER) PROJETADOS PARA BIBLIOTECAS COM ADAPTADORES DE CDNA P5 E P7, 3) MISTURA DE PCR OTIMIZADA PARA AMPLIFICACAO DE BIBLIOTECA DE CDNA, 4) ROX COMO REFERENCIA PASSIVA, 5) CURVA PADRAO COM SEIS CONCENTRACOES DE DNA PRE- DILUIDOS; COMPATIBILIDADE: BIBLIOTECAS ILLUMINA E TERMOCICLADORES EM TEMPO REAL MODELOS ABI 7500 OU ABI QUANT STUDIO 5 OU ABI QUANT STUDIO 6); EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, CONDICOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES; UNIDADE DE FORNECIMENTO: REACAO. | | 1500 | 8,4200 | 12.630,00 |

REPRESENTANTE: UL QUÍMICA E CIENTÍFICA LTDA - (CNPJ: 01.955.600/0001-76), sediada na Rua Sertório Franco - nº 38 - Bairro Antônio Honório - Vitória - Es - Cep: 29.070-835 - Endereço Eletrônico: unionlab@unionlab.com.br - jaqueline.souza@unionlab.com.br - Telefone: 55 (27) 2121-0750 - Ramal 752, Fax: (27) 2121-0753 neste ato representado pelo Sro. ROBERLEY CARLOS POLYCARPO, portador do RG Nº 478.047 SSP-ES e ÓRGÃO EMISSOR: SSP-ES e inscrito no CPF (MF) Nº 759.420.897-87.

2023-2M6CHD - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 16/06/2023 11:16 PAGINA 15 / 16

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ORLEI AMARAL CARDOSO

SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01 SSVS - SESA - GOVES assinado em 15/06/2023 14:47:44 -03:00

ROBERLEY CARLOS POLYCARPO

CIDADÃO assinado em 15/06/2023 12:44:23 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/06/2023 11:16:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3) por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES) Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2023-2M6CHD

21/06/2023 09:26 2023-ZG8CB5 - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP: Nº 0281/2023

CONTRATANTE: Hospital Estadual Infantil Nossa

Senhora da Glória (HEİNSG) PROCESSO: Nº 2023-BLQX5

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Modalidade Pregão eletrônico N° 0101/2023.

ID: 2023.500E1900001.01.0051

COMÉRCIO, **CONTRATADA:** VIXCARD SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARÁ IDENTIFICAÇÃO LTDA.

CNPJ: 02.583.967/0001-79

LOTE:01

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRACHÁS E ACESSÓRIOS. VALORGLOBALDOSLOTES: R\$42.980,00 (quarenta e dois mil novecentos e oitenta reais)

DATA DA ASSINATURA:15/06/2023

VIGÊNCIA: a Ata terá início no dia posterior a publicação, e terá duração de 12 (doze) meses.

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br e ou E-docs.

CLIO ZANELLA VENTURIM

Diretor Geral - HEINSG Vitória, 15 de junho de 2023 Protocolo 1107509

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PRECOS

ARP Nº 0448/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA

SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO: 2023-N6P85-NEGEP-MJ

EMPRESA: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLOGICOS LTDA,

inscrita no (CNPJ: 04.307.650/0012-98)

EDITAL: no 238/2023

LOTE: 03

OBJETO: ENZALUTAMIDA 40MG;

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 1.085.760,00

VIGÊNCIA: 17/06/2023 a 16/06/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

> JOSÉ TADEU MARINO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE Protocolo 1107513

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0449/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA

SAUDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO: 2023-N6P85-NEGEP-MJ

COMÉRCIO **EMPRESA: FARMALIBRA** DE **HOSPITALARES** LTDA-EPP **PRODUTOS** (CNPJ: 00.809.672/0001-42)

EDITAL: no 238/2023

LOTE: 05

OBJETO: **ROTIGOTINA 18MG ADESIVO**

TRANDERMICO (8MG/24HS

VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 68.861,52

VIGÊNCIA: 17/06/2023 a 16/06/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

> **JOSÉ TADEU MARINO** SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE Protocolo 1107523

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0450/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA

SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITAŢÓRIO: 2023-N6P85-NEĢEP-MJ EMPRESA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA-FILIAL inscrita no CNPJ:

44.734.671/0022-86 **EDITAL:** no 238/2023

LOTE: 06

OBJETO: TOXINA BOTULINICA TIPO A 100UI VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 152.880,00 VIGÊNCIA: 17/06/2023 a 16/06/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

> **JOSÉ TADEU MARINO** SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE Protocolo 1107529

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PRECOS

ARP Nº 0463/2023

ÓRGÃO/ENTÍDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA

SAUDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO: 2022-TQ40V EMPRESA: UL QUÍMICA E CIENTÍFICA LTDA

CNPJ: 01.955.600/0001-76 EDITAL: Pregão no 199/2023

LOTE: 4

OBJETO: KIT DE OUANTIFICACAO DE BIBLIOTECAS

DE NGS

VALOR GLOBAL DO LOTE: 12.630,00

VIGÊNCIA: 17/06/2023 a 16/06/2024 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

> **ORLEĮ AMARAL CARDOSO** SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE Protocolo 1107544

Hospitais

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº0125/2023

Órgão: HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria

Processo: 2023-Q5HKF

Nº ID: 2023.500E1900001.01.0074

TCES.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CHALEIRA ELETRICA

Valor estimado: R\$ 1.827,30



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/06/2023 09:26:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)

Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2023-ZG8CB5